

Fernando Clara
Cláudia Ninhos
(eds.)

A Angústia da Influência

Política, Cultura e Ciência nas relações
da Alemanha com a Europa do Sul, 1933-1945

p a s s a g e m

Estudos em Ciências Culturais
Studies in Cultural Sciences
Kulturwissenschaftliche Studien

Ed. Marília dos Santos Lopes & Peter Hanenberg



PETER LANG
EDITION

A Alemanha e a Europa do Sul, 1933–1945: relações influentes, angústias, ansiedades

Fernando Clara / Cláudia Ninhos

Entre 1940 e 1942 foram publicados em Berlim, pela editora *Fremdsprachendienst*, 78 números da revista *O Espelho de Berlim*, que tinha como director o brasileiro «Dr. José de Albuquerque».

Tratava-se de uma revista em português dirigida à comunidade luso-brasileira e semelhante a inúmeras outras, de divulgação e propaganda, que a Alemanha nazi fez publicar e distribuir, interna e externamente, a partir de 1933 (*A Esfera*, *Sinal*, *Jovem Europa*, etc.). Em 1942 a revista mudou de nome, passando a intitular-se *O Espelho do Continente*, uma alteração relevante que indicia um realinhamento mais agressivo da máquina de propaganda alemã, reflectindo ao mesmo tempo o optimismo irrealista da visão nacional-socialista que lhe está subjacente, como desejo, de um continente europeu sob o domínio da Alemanha. O último número d' *O Espelho do Continente* terá sido publicado no início de 1944.

Como é bem sabido, na base da proliferação deste género de revistas na época estão inovações técnicas que permitiram agilizar e melhorar significativamente a impressão em papel, assim como a existência ou criação de redes comunicacionais de distribuição da informação que se revelavam cada vez mais fiáveis, eficazes e rápidas. Estas condições técnicas, por seu turno, produziram importantes transformações nos domínios do espaço público e da comunicação de massas, domínios esses a que o regime nazi atribuiu então funções, sentidos e valores completamente novos.

Mas o surgimento deste conjunto de revistas alemãs – quando consideradas a partir dos conteúdos que veiculam, dos temas que abordam ou das estratégias de localização que usam para captar o interesse de um público europeu muito diversificado, linguística e culturalmente – resulta, sobretudo e principalmente, de uma vontade de afirmação da Alemanha no mundo. Dito de outro modo: estas revistas nascem de uma espécie de *angústia de influência* no quadro político internacional que, na verdade, aquele país vinha dando mostras de sentir já desde finais do século XIX, uma angústia que se agrava a partir de 1918 e que se manifesta depois de uma forma exuberante durante todo o período do regime nacional-socialista.

O Espelho de Berlim é um dos muitos e variados sintomas dessa *angústia de influência*. Tal como o são as publicações suas congéneres que a mesma

Fremdsprachendienst faz sair nas várias línguas europeias (do espanhol ao russo, sem esquecer o italiano ou o finlandês) com títulos muito diversos, em função dos públicos a que se dirigem – *Ecos da Europa*, *Nova Europa*, *Actualidades Alemãs*, *A Suástica* –, mas com conteúdos e notícias quase idênticos.

No conjunto das revistas de divulgação e propaganda então publicadas ou patrocinadas pelo regime nacional-socialista há, porém, ainda outros motivos para considerar este *Espelho de Berlim* merecedor de particular atenção. De entre eles valerá a pena destacar aqui o seu elucidativo subtítulo: *A política, a cultura e a ciência na nova Alemanha*.

Com efeito, ao reunir indistintamente as áreas da política, da cultura e da ciência, e ao subordinar, por outro lado, as duas últimas à primeira – i.e., ao dar à política o primeiro lugar na ordem discursiva –, o subtítulo torna publicamente explícitos (e com rara nitidez, acrescente-se, dado que se trata de um subtítulo comum a diversas variantes linguísticas da revista), os princípios programáticos pelos quais o regime nazi se rege nas suas relações internacionais com diversas regiões do mundo, nomeadamente com aquelas em que o relacionamento diplomático bilateral se sobrepõe ainda ao conflito aberto.

Os ensaios reunidos neste volume reflectem precisamente sobre o espaço de relacionamento internacional em que este *Espelho de Berlim* se inscreve e num contexto temático muito similar àquele que o subtítulo da revista deixa perceber. Reflectem, por conseguinte, sobre esta *angústia da influência* da Alemanha na sua relação específica com os países da Europa do Sul com quem, à época, tem afinidades ideológicas manifestas (Itália, Espanha, Portugal). E fazem-no, também, num quadro disciplinar polifacetado, debruçando-se sobre áreas tão diferentes como a História, a Medicina, a Arqueologia, a Arquitectura ou a História Militar, um quadro onde convivem e interagem justamente a *política, a cultura e a ciência*, e que, por isso mesmo, se afigura adequado à análise das ambiguidades que caracterizam os princípios programáticos da política de relacionamento internacional do regime nazi.

Importa, contudo, sublinhar que não se trata aqui de analisar a propaganda nacional-socialista, enquanto tal, ou de reflectir sobre as suas estratégias discursivas e retóricas. Trata-se, isso sim, de procurar compreender o que fica *aquém e além* do seu discurso: como se caracterizam os *contextos* locais em que esta retórica se inscreve? Quais as *modalidades* que essa angústia da influência alemã conheceu ou adoptou? Quais as suas *realizações* efectivas em termos culturais e científicos (intercâmbios, acordos, visitas)? Quais as *condições* que possibilitaram essas realizações ou quais as condições que as inviabilizaram? Como interagiram nesses processos os canais comunicacionais culturais, científicos e políticos? Qual, enfim, a *influência* que esta *angústia* efectivamente produziu (ou não) no quadro do relacionamento internacional da Alemanha com Portugal, Espanha ou Itália?

O estudo das relações entre o mundo da Alemanha nacional-socialista e o mundo desta Europa ibero-latina levanta importantes questões prévias, de ordem *contextual*, relativas ao modo como os eixos programáticos fundamentais da ideologia nazi se puderam articular nos contextos latinos desta região. A primeira dessas questões, subjacente de resto a alguns dos ensaios deste volume, diz respeito à forma como um regime político baseado num racismo biológico, que colocava os povos «arianos» do Norte no topo da «pirâmide racial», se pôde relacionar com povos que, de acordo com a mesma escala, se situavam num patamar claramente inferior. A segunda, decorrente em parte da primeira, diz respeito ao modo como a política expansionista desse mesmo regime, que buscava um «espaço vital» para o povo alemão na Europa, se poderia coadunar com um bom entendimento com outros países e outros povos, nomeadamente com aqueles que considerava inferiores.

Diversos dos textos aqui reunidos procuram responder, de uma forma implícita ou explícita, a estas duas questões e mostram ainda que esse relacionamento não foi só possível, como também desejado, por todos os intervenientes, independentemente dos vários obstáculos, internos ou externos, que foram surgindo ao longo do período em análise. O que significa portanto que a *angústia de influência* alemã foi muitas vezes ao encontro de uma *ansiedade* (de influência por parte da Alemanha) bem patente nestes países – ou pelo menos em algumas das suas faixas políticas mais radicais –, como Núñez Seixas o demonstra para o caso espanhol, numa análise onde, a par da interessada permeabilidade à influência alemã, ficam a descoberto algumas zonas de silêncios e de amnésia que, após 1945, invadiram a história do problemático relacionamento do país com a Alemanha nazi (zonas de silêncios e amnésias essas que são, aliás, extensivas também ao caso português).

Que estes contextos locais não se limitaram a uma passividade receptiva da verdadeira panóplia de materiais (ideias, palavras e coisas) oriundos da Alemanha mostra-o, por seu turno, o olhar de Mario Ivani sobre o modo como a Itália fascista procurou exercer a sua influência em Portugal. Trata-se de um olhar que, além de tornar evidente a complexidade (crescentemente competitiva) em que estes contextos locais nacionalistas se movem, permite igualmente perceber que em todos estes países se manifestam os mesmos sintomas da angústia alemã. Com efeito, todos eles se revelam também agentes duplamente activos no quadro do relacionamento internacional bilateral, seja procurando, por um lado, exercer a sua influência junto dos outros, seja determinando, por outro lado e ao mesmo tempo, a própria propaganda alemã, que sente a necessidade de se adaptar cultural, linguística e tematicamente aos seus públicos, condições e características locais.

As *condições* locais afiguram-se portanto factores determinantes da influência da Alemanha nestes países, condições essas que são objecto das análises de Ninhos, para o caso português, e Janué i Miret, para o caso espanhol. Em ambos os

casos é possível comprovar que a influência da Alemanha – ou talvez melhor: a «admiração pela Alemanha» – nos círculos intelectuais, académicos e científicos daqueles países é bastante anterior à emergência dos regimes políticos ditatoriais em cada um deles. A cultura e a ciência foram assim, sem dúvida, os primeiros veículos de uma aproximação que a partir de meados da década de 30 se veria ainda consolidada pelas afinidades ideológicas dos regimes. Mas ao mesmo tempo que foram os veículos de uma primeira aproximação à Alemanha, a cultura e a ciência foram também as suas primeiras vítimas (um aspecto que não pode nem deve ser esquecido). De facto, se é certo que a proximidade política trouxe mais eficácia e enquadramento institucional às relações (maioritariamente individuais e pessoais) já existentes nestas áreas – maior número de bolsas atribuídas para a Alemanha, mais programas de intercâmbio etc. –, não é menos verdade que a cultura e a ciência se viram então parasitadas pela política e, como tal, se viram limitadas e diminuídas no seu espaço tradicional de autonomia e liberdade.

A par destas condições locais, que se afiguram determinantes do modo como a política de influência da Alemanha é conduzida e realizada no terreno, são igualmente consideradas as condições locais, mas agora do foro interno do próprio regime nazi, que estiveram subjacentes à construção deste espaço de relacionamento político, cultural e científico com a Europa do Sul. O ensaio de Clara procura justamente analisar as discussões muito diversas sobre esta matéria que tiveram lugar em instituições alemãs que se diriam (para-)diplomáticas, como é o caso do Instituto Ibero-Americano de Berlim. Centrando-se sobre a «questão da raça», a análise permite vislumbrar em alguns momentos os obstáculos internos, as dificuldades ou as hesitações criadas pela necessidade de articular de uma forma satisfatória e eficaz um racismo biológico, imposto pela ideologia do regime, com a sua política de relacionamento internacional com os regimes da Europa do Sul.

A «questão da raça» é, reconhecidamente, a questão da época aqui em análise. Trata-se de uma zona temática que é simultaneamente crucial de um ponto de vista interno, porque estruturante do regime nacional-socialista, e frágil de um ponto de vista externo, na medida em que pelos motivos já anteriormente adiantados se constitui como uma ameaça, potencial mas permanente, que pende sobre o bom entendimento do regime alemão com outros povos e países «não-arianos». Paralelamente, trata-se de uma questão que não conhece fronteiras políticas ou geográficas na época e que atravessa – incendiando –, o espaço da opinião pública mundial, da Europa à América, sem esquecer a Ásia. Não constitui por isso surpresa que a mesma tenha sido objecto de reflexão e análise no contexto português.

Os ensaios de Cascais e Castanheira debruçam-se precisamente sobre esta área, mostrando que as elites portuguesas, e de entre elas muito especialmente as elites científicas do país, se preocuparam com o problema, esforçando-se, nas suas

formulações mais radicais, por tentar provar «cientificamente» a pureza biológica do seu povo ou, pelo menos, por lhe assegurar um lugar cimeiro no imaginário fantasioso de uma «hierarquia dos povos europeus». Portugal não ficou por conseguinte alheio a estas teorias rácicas oriundas do Norte da Europa, facto para o qual terá contribuído a inusitada intensidade que o intercâmbio luso-alemão na área da medicina então conheceu (uma intensidade para a qual no ensaio de Ninhos se chamava já a atenção). O país procurou pois projectar-se e integrar-se, «racialmente», na herança genética e cultural do continente europeu. As teses da «eugenia alemã» foram lidas de uma forma sistemática, com atenção e cuidado, mas foram sobretudo reinterpretadas (por vezes também criticamente) e adaptadas à especificidade de um contexto nacional consideravelmente diferente do alemão, seja pelas características da própria população portuguesa, seja por via da presença de uma população oriunda das colónias – ou das ex-colónias como era então o caso do Brasil – que não podia ser ignorada.

Nestes contextos e sob estas condições, foram várias as *realizações* que esta *angústia da influência* alemã pôde efectivamente levar a cabo em Portugal e em áreas muito diversas. Essas realizações concretizaram-se muitas vezes através do reforço de redes internacionais que uniam centros alemães de produção e transferência de conhecimento (como universidades ou institutos de investigação científica) à periferia da Europa. A via institucional da concessão de bolsas, por exemplo – e valerá a pena sublinhar que o orçamento do Reich para a política cultural externa alemã cresceu apesar da guerra –, permitiu intensificar o intercâmbio científico e académico em diversas áreas. Mas a via das relações pessoais, ou o renome internacional de algumas figuras alemãs das áreas da cultura e da ciência, contribuíram, do mesmo modo, para que essa influência se afirmasse no contexto português. Ilustrativo disso mesmo é o caso do arquitecto Hermann Distel (objecto da análise dos ensaios de Branco e Pascoal), autor dos projectos do Hospital de Santa Maria em Lisboa e de São João no Porto, que deixou marcas muito significativas na paisagem arquitectónica portuguesa, marcas essas que correspondem, na verdade, muito mais a uma «transferência de modernidade» ou a uma «transferência cultural de técnica», do que a uma prática de «cooperação científica».

Outras áreas académicas e científicas seguiriam entretanto por vias ainda diferentes. O caso da Arqueologia, a que o ensaio de Martins se dedica, é a este título interessante sob vários pontos de vista. Em primeiro lugar, é certamente interessante pela importância que esta disciplina adquire na época e muito em particular no quadro ideológico nacional-socialista. Efectivamente, importa não esquecer que a Arqueologia é chamada a produzir o ónus da prova da «origem» de um regime obcecado com as suas próprias «origens». A visita que em 1940 Himmler faz a estações arqueológicas em Espanha é um testemunho claro da importância que

as figuras mais altas do regime alemão atribuíam a esta ciência. Paralelamente, a «Arqueologia alemã» revela-se ainda interessante no contexto do relacionamento entre a Alemanha e os países ibéricos, pelo modo como a influência alemã se faz sentir de uma forma diferenciada, em Espanha e Portugal, por um lado, e, por outro lado, pelo modo exemplar como as relações já existentes nesta área desde o século XIX se vêem, a partir de 1933, caracteristicamente «coordenadas» ou determinadas pela política.

A transferência de técnica e conhecimento na área Militar, uma área extraordinariamente sensível na época, é o objecto de reflexão dos dois últimos ensaios de Rezendes e Vieira, onde respectivamente ficam registadas a presença da tecnologia alemã nos Açores ou o ambiente internacional complexo e competitivo que rodeia, durante a época em análise, as tentativas de reconfiguração da indústria de armamento de um país europeu que durante a guerra se manterá neutro, mas com várias e importantes preocupações em termos da defesa dos seus territórios na Europa, Ásia e África, como é o caso de Portugal.

A angústia da influência que a Alemanha vinha sentindo desde o século XIX teve, pois, realizações e resultados muito práticos e visíveis a partir dos anos 30 do século XX nesta Europa do Sul, como o comprovam diversos destes ensaios. Esses resultados e realizações – e não poderá deixar de se sublinhar que muitos deles se prolongaram muito para além da queda do regime nazi, sobrevivendo muitas vezes quase até à actualidade em algumas áreas da ciência, da técnica ou da cultura – foram contudo sempre adaptados aos contextos locais e às condições sócio-políticas de cada um dos países a que se destinavam. Uma boa parte da sua eficácia deve-se, aliás, a esta capacidade de adaptação local que a estratégia de afirmação da Alemanha soube adoptar. A outra parte deve-se ao facto, tantas vezes ainda hoje interessadamente esquecido ou deliberadamente omitido, que estes países – os seus governos, mas também alguns grupos de cidadãos – mostraram então uma clara ansiedade pela influência alemã.

Parte dos textos aqui publicados resultam de comunicações apresentadas num colóquio internacional, subordinado ao tema '*German Science*' in *Southern Europe, 1933–45*, que teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, nos dias 11, 12 e 13 de Outubro de 2012. Os editores agradecem a todos os autores, bem assim como às instituições que tornaram possível a realização daquele colóquio e a investigação que permitiu a publicação deste volume: a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a Fundação para a Ciência e Tecnologia.